



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Florentino Varella, Flávia

Ver e tocar o passado: emoção e sentimento na História do Brasil de John Armitage
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 5, núm. 8, abril, 2012, pp. 91-106

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769696006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ver e tocar o passado: emoção e sentimento na *História do Brasil* de John Armitage*

Seeing and touching the past: emotion and sentiment in John Armitage's
History of Brazil

Flávia Florentino Varella

Doutoranda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

flavia_varella@hotmail.com

Rua Fernandes Vieira, 597/602 – Bom Fim

90035-091 - Porto Alegre - RS

Brasil

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo analisar como a *História do Brasil*, escrita em 1836 pelo comerciante inglês John Armitage, pode ser entendida dentro dos parâmetros de uma historiografia de presença, e que espécie de práticas caracterizariam esse tipo de historiografia. Para tanto, buscamos tecer um pequeno panorama da retórica clássica e de algumas mudanças que ocorreram nesse método persuasivo na época moderna, principalmente no que diz respeito às respostas psicológicas frente a uma narrativa patética. Por outro lado, apontamos como as partes dessa *História do Brasil*, marcadamente inscritas dentro de uma historiografia de presença, não foram consideradas como uma possibilidade de narrativa para a história nacional pela grande maioria dos historiadores brasileiros oitocentistas.

91

Palavras-chave

História da historiografia; Historiografia brasileira; Narrativa historiográfica.

Abstract

This article intends to show that the work *History of Brazil*, written in 1836 by the English merchant John Armitage, can be understood as an example of "historiography of presence", as well as to analyze the cultural practices that are inherent in such kind of historiography. In order to achieve this goal, it develops a short overview of the modern history of rhetoric centered on some significant changes that characterized this intellectual tradition, especially those related to the psychological responses to a pathetic type of narrative. Subsequently, it explores the question of how and why the 19th century Brazilian mainstream historians disregarded the parts of Armitage's *History of Brazil*, in which a historiography of presence is prominent.

Keywords

History of historiography; Brazilian historiography; Historiographical narrative.

Enviado em: 9/6/2011

Aprovado em: 2/8/2011

* O presente artigo é uma versão de parte da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo intitulada "Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na *História do Brasil* de John Armitage", financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Levantou-se então [D. Pedro I], e dirigindo-se para o Ajudante Frias, apresentou-lhe o decreto, dizendo-lhe com lágrimas nos olhos: 'Aqui está a minha abdicação; desejo que sejam felizes! Retiro-me para a Europa, e deixo um país que tanto amei, e ainda amo'. As lágrimas sufocaram-lhe então a voz, e retirou-se apressadamente para a sala imediata, onde estava a Imperatriz, acompanhada dos Embaixadores francês e inglês" (ARMITAGE 1977, p. 225).¹

O gênero de escrita histórico, como todo gênero, não é algo fixo, nem tampouco linear-evolutivo. A forma como se escreve história está constantemente aberta à revisão, na medida em que os autores respondem aos interesses sociais do momento e de seus leitores (PHILLIPS 2000, p. XI). A *História do Brasil* de John Armitage foi escrita originalmente em inglês a fim de apresentar para este público o progresso da sociedade brasileira do estado selvagem ao civilizado (ARMITAGE 1977, p. 25). Apesar de ter sido traduzida para o português em 1837, ano seguinte à sua publicação original, o público leitor visado por Armitage não era o brasileiro e tal perspectiva influenciou de forma decisiva na composição desta obra.

Diante dos olhos: a retórica clássica e o vocabulário das emoções

O surgimento de um leitor e de uma literatura sentimental na época moderna não foi um fenômeno restrito às literaturas. Apesar de o romance, em particular, ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento da sentimentalidade, também aconteceram experimentações cognitivas no plano da historiografia com a incorporação do vocabulário sentimental enquanto possibilidade de explicação da história. Na historiografia britânica setecentista, em particular, efetuiu-se um processo de alargamento dos assuntos históricos e do público leitor de história, o que exigiu novas soluções narrativas para o relato historiográfico.² A expansão do horizonte dos estudos históricos para além da esfera política e militar, e, principalmente, o interesse britânico em explorar a sociedade, os costumes e os sentimentos consolidaram-se como uma das mudanças historiográficas centrais ocorridas nesse período (PHILLIPS 2000, p. 71-72). David Hume, importante historiador britânico setecentista, em sua *History of England*, não acreditava que um bom estilo e imparcialidade fossem elementos suficientes para a escrita da história nacional, incorporando sincronicamente outros componentes ao relato do passado, como a simpatia, a filosofia da história, a atualidade e a vivacidade (PHILLIPS 2000, p. 158-159). Sem dúvida, como o próprio Hume relatou, a tentativa de inserção do público feminino aos leitores de história tornou urgente a inclusão do sentimento dos agentes históricos e, conseqüentemente, de sua vida privada como forma de explicar as decisões e rumos da história nacional, seja porque os homens achassem

¹ No original: "He then rose, and advancing towards the Adjutant, Frias, presented him the decree, observing, with tears in his eyes, 'He is my abdication; may you be happy! I shall retire to Europe, and quit a country that I have loved dearly, and that I still love.' Here tears choked his utterance, and he retired hastily to the adjoining room, where was the Empress, along with the English and French Ambassadors" (ARMITAGE 1836, Vol. 2, p. 132-133).

² Para um panorama detalhado deste fenômeno, ver PHILLIPS 2000.

que as mulheres tinham inclinação por esse tipo de narrativa, seja porque elas realmente se interessavam. Tal alargamento do horizonte historiográfico contribuiu de forma decisiva para a escrita da *História do Brasil* de Armitage ao apresentar como possibilidade bem-sucedida a escrita da história nacional pela via da incorporação de novas temáticas à narrativa.

Aliado a esse processo de alargamento do público leitor, o sujeito histórico também adquiriu novos elementos de composição, sendo que sua interioridade e vida privada passaram a ser fatores centrais para explicar suas decisões públicas. O surgimento da concepção moderna de indivíduo alterou marcadamente a maneira pela qual as paixões humanas eram descritas na historiografia, uma vez que o psicológico estabeleceu-se como lugar de relevância para o entendimento das ações humanas. Nesse sentido:

Como a narrativa do homem sentimental não é uma imitação da ação, o homem sentimental em si mesmo não é tampouco um modelo para imitação, no sentido de ser um instrumento para produzir sentimentos nos leitores. Imitar um homem sentimental, seja ele ficcional ou real, não é apenas um absurdo – uma vez que ele não é um homem de ação – mas também eticamente condenável. A imitação dos sentimentos é, por definição, afetação.³

A falência do modelo clássico de escrita da história ocasionada pelo distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” exigiu novas soluções historiográficas (KOSELLECK 2006). A historiografia, não mais o repositório de exemplos passíveis de imitação e repetição, ainda continuou, mesmo que não sob os mesmos fundamentos da história mestra da vida, tendo uma função pedagógica, seja para a vida política, seja para a nova demanda moderna: a educação sentimental e a imaginação nacional. Em lugar do ensinamento moral clássico, que objetivava a estabilização e conservação do passado, o ensinamento moderno não comporta mais a ideia de imitação como repetição de uma ação modelar. Se, por um lado, era impossível imitar a sensibilidade ou o sentimento frente ao mundo, por outro, a aceleração do tempo histórico não permitia a estabilização dos modelos morais a ponto de ser possível segui-los.

Apesar de sensibilidade e sentimento serem vocábulos próximos, é importante destacar que existe uma diferença entre eles. A sensibilidade, na época moderna, foi frequentemente associada ao corpo e, com isso, constituiu-se como uma experiência baseada nos sentidos físicos e no processo de sensação. Esse vocábulo traz, continuamente, descrições de experiências baseadas no *tocar* na consciência, que emerge de uma sensação psicológica da capacidade natural de sentir. Por outro lado, o sentimento estaria associado à mente, a um refinamento do pensamento como resultado verbalizado dessa

³ Tradução nossa. No original: “As the man of feeling narrative is not an imitation of an action, the man of feeling himself is not so much a model for imitation as an instrument to produce feeling in readers. To imitate a fictional or actual man of feeling is not only absurd – since he doesn’t act – but also ethically objectionable. Imitation of feeling is by definition affectation” (VAN SANT 2004, p. 121).

capacidade de sentir (VAN SANT 2004, p. 4). Nesse contexto, a experiência corporal da narrativa – dada no plano das emoções – assume um lugar central na forma em que essa nova relação com o mundo é assimilada e verbalizada pelo indivíduo, assim como possuir sensibilidade perante o mundo constitui-se como o primeiro passo para o refinamento dos sentimentos humanos.

Certamente essa necessidade pedagógica moderna – a educação sentimental –, juntamente com a reconfiguração do vocabulário retórico das emoções (*pathe*), afetou profundamente o modo pelo qual a historiografia e seus limites foram pensados.⁴ Uma dimensão importante para entendermos a sensibilidade moderna é sua conexão com a retórica clássica, na qual a *visão* foi tida como o campo privilegiado em que as emoções seriam reveladas (VAN SANT 2004, p. XI). O orador deveria exhibir “um acontecimento com palavras tais que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem estar *diante dos olhos*” ([CÍCERO] IV, 68, grifo nosso). O olhar sobre o sofrimento, empregado pela historiografia moderna, seria uma estratégia retórica tradicional para criar piedade e estabelecer a similitude entre a observação patética e a observação investigativa do sofrer (VAN SANT 2004, p. XI-XII).

A retórica clássica, desde sua sistematização por Aristóteles, foi tida como a faculdade de observar, em qualquer caso, as formas possíveis de persuasão do ouvinte ou leitor, sendo a persuasão um tipo de demonstração, na medida em que a audiência/leitor poderia ser persuadida de maneira mais eficaz quando levasse em consideração que o exposto foi demonstrado (ARISTOTLE I, 1355a-1355b). A *demonstratio* também seria o ornamento de sentença mais apropriado para “amplificar e apelar à misericórdia, pois, com uma narrativa desse tipo, [o orador] expõe todo o ocorrido e coloca-o como que *diante dos olhos*” ([CÍCERO] IV, 69, grifo nosso). O entendimento teórico das emoções humanas, saber descrevê-las, entender suas causas e como esses sentimentos – que mudam os homens e alteram seus julgamentos (ARISTOTLE. II, 1378a, 20).⁵ poderiam ser despertados era tido como uma das estratégias que o orador poderia utilizar para persuadir sua audiência (ARISTOTLE I, 1356a, 20-25). A capacidade do orador de colocar a audiência em certo estado de espírito, no qual, por meio da escuta do discurso e do despertar das emoções, todos fossem convencidos era um modo de persuasão bastante eficaz e importante quando se tratava de argumentar em relação à veracidade do relatado.⁶ Por meio da indução de emoções o orador facilitaria a persuasão, colocando o ouvinte de acordo com a disposição apropriada para escutar seu discurso (ARISTOTLE I, 1356a, 1-20), o

⁴ A tradução dicionarizada de *páthos* é: 1. o que se experimenta ou se suporta, 2. experimento, experiência, 3. o que acontece; acontecimento, 4. infortúnio; calamidade; dano; doença, 5. o que afeta a alma; perturbação; piedade; prazer; amor; aflição; tristeza; cólera (MALHADAS; DEZOTTI; NEVES 2009, p. 2).

⁵ Platão discordaria do papel positivo das emoções como forma de persuasão. A piedade e outras emoções semelhantes afetariam a audiência pela supressão da análise racional, ao contrário, quando a audiência fosse guiada pela “razão” entenderia esse deixar levar pelas emoções como resposta inapropriada às vicissitudes da vida. Ver KONSTAN 2007, p. 413.

⁶ Para uma avaliação do papel da emoção na retórica clássica e sua valorização por Aristóteles, ver KONSTAN 2007.

que significa que um argumento seria mais bem apresentado e entendido se o auditório pudesse avaliá-lo imbuído da emoção correta.

Assim, emoções tais como a ira, calma, amizade, inimizade, o medo, a confiança, animosidade, rudeza, piedade e indignação, ajudariam na persuasão quando o orador conseguisse que sua plateia estivesse com a disposição adequada ao caso.⁷ A piedade, em particular, obteve destaque significativo na retórica clássica e, de forma recontextualizada, no vocabulário moderno da sentimentalidade. Tal emoção foi definida por Aristóteles como um sentimento de dor causado pela *visão* de algo perverso, destrutivo ou doloroso que acontece a alguém que não merece tal punição. Para o sentimento de piedade ser despertado, o acontecido deveria ser mostrado pelo orador como algo que poderia ter ocorrido ao próprio espectador ou a uma pessoa próxima. Sentir piedade, então, estaria sujeito à própria vulnerabilidade da pessoa em receber dano idêntico ou similar ao sofrido por outro, não sendo uma emoção de identificação, como a empatia moderna, mas dependendo, sobretudo, de uma dedução sobre a própria tendência da pessoa em sofrer uma desgraça comparável àquela vivida por quem se apiedou (KONSTAN 2007, p. 418). Para sentir piedade, a audiência também precisa acreditar na bondade do sofredor, uma vez que a audiência acredite que ninguém dentre os que sofrem possa ser bom, concluirá que todos merecem uma punição. Geralmente o ouvinte sente piedade quando lembra que a mesma fatalidade um dia lhe aconteceu, com alguém próximo ou mesmo que seja possível de acontecer no futuro. A piedade, nesse sentido, é tanto uma resposta cognitiva – que depende da própria tomada de consciência de que a pessoa pode sofrer o mesmo tipo de mal que o outro está sofrendo – e uma questão moral, pois para ter piedade não basta a desgraça do outro, mas o infortúnio tem que ser não merecido (KONSTAN 2007, p. 418).

As pessoas que motivam piedade geralmente são aquelas que a audiência conhece. Também é comum sentir piedade por aqueles que são próximos em idade, caráter, posição social ou nascimento, pois o ouvinte tem a impressão de que as mazelas poderiam acontecer-lhe com mais facilidade. A piedade é despertada quando o sofrimento dos outros possa ser sentido como algo próximo ao ouvinte/leitor/espectador, capaz de acontecer com ele, e para maximizar essa emoção, o orador deve utilizar de gestos, roupas e movimentos dramáticos, a fim de colocar o desastre *diantes dos olhos*. Aristóteles salienta que as pessoas mais dignas de piedade são as vítimas de caráter nobre, pois a piedade é especialmente excitada por causa de sua inocência, assim como pela narração de seus infortúnios *diantes dos olhos* (ARISTOTLE II, 1385b, 5-15).

Apesar de compartilharem certos elementos, a retórica das emoções clássica e a moderna têm aspectos distintos, principalmente no que diz respeito à forma como o processo de sensação da emoção transmitida pelo discurso é experimentado pelo leitor ou ouvinte, tomando, por pressuposto, que o texto historiográfico moderno mantém seu caráter discursivo e persuasivo. A “sensação”

⁷ Para uma discussão pormenorizada a respeito da amizade, ver VIANO 2008.

no vocabulário moderno indica uma impressão física, seja no âmbito dos sentimentos ou das emoções. Já no vocabulário clássico a sensação estaria mais próxima de uma “percepção sensível”, em que a apreensão é dada por meio dos cinco sentidos (REIS 2006, p. 10-11). Quando Aristóteles, por exemplo, define a emoção “amor”, não se refere a sentimentos ou algum tipo de intimidade. O “amor” depende essencialmente de uma avaliação do caráter do outro, não sendo uma simples resposta instintiva, como no caso moderno (KONSTAN 2007, p. 416-417).

Tocar e ser tocado: a experiência não mediada da narrativa

A apropriação de algumas das estratégias patéticas apresentadas acima pelo vocabulário da sentimentalidade é um sintoma marcante da importância que os preceitos retóricos clássicos mantinham na escrita da história na época moderna.⁸ A figuração estética das cenas de piedade, largamente mobilizadas pela retórica clássica, foi ressignificada pela historiografia moderna para servir como meio de criar empatia entre as partes envolvidas e protagonizar uma experiência não mediada da narrativa sentimental, levando ao efeito da quebra do distanciamento temporal entre a obra e o leitor.

O vocabulário patético do sofrimento, que carrega a teatralidade e profusão na descrição das cenas, foi mobilizado por Armitage, na narrativa da história nacional brasileira, principalmente na caracterização da relação da Imperatriz Maria Leopoldina com D. Pedro I como um casamento repleto de desgostos causados pela infidelidade de seu marido e sofridos injustamente por ela. Ao invés de focar a narrativa do sofrimento em D. Pedro I, no qual *a priori* seria mais difícil estabelecer empatia com seus leitores, Armitage transferiu essa narrativa patética para a traída e indefesa Imperatriz. A temática do casamento, como fonte infinita de sofrimento e desgosto, não passou despercebida na *História do Brasil*, e a fragilidade feminina foi o espaço encontrado para a criação de empatia através da piedade.

Armitage relata que por ocasião do desempenho insatisfatório da tropa brasileira na guerra em Montevideu, Dom Pedro resolveu encontrá-los na esperança de conferir novo vigor e estímulo aos seus soldados. Durante essa viagem, a Imperatriz ficou gravemente doente por causa de uma pancada desferida por seu esposo antes de sua partida:

Durante a ausência do Imperador, a Imperatriz enfermou-se e morreu. Das notícias cautelosas que então se publicaram a respeito deste triste acontecimento, nenhuma informação exata se pôde colher; mas infelizmente, para o crédito de D. Pedro, a verdade é hoje muito conhecida. Antes da sua partida tivera ele uma entrevista com a Imperatriz, de que alguma alteração

⁸ Apenas a título de exemplo, citamos uma carta da época em que David Hume escrevia sua *History of England* em que afirmava que: “antes de tudo um historiador deve ser verdadeiro e imparcial; a seguir, deve ser interessante. Se você não disser que eu fui justo para ambos os partidos; e se a Senhora Mure não se apiedar do pobre Rei Charles, devo queimar todos os meus manuscritos e voltar para a Filosofia” (Tradução nossa). No original: “the first Quality of a Historian is to be true and impartial; the next to be interesting. If you do not say, that I have done both Parties Justices; and if Mrs Mure be not sorry for poor King Charles, I shall burn all my Papers, and return to Philosophy” (PHILLIPS 2000, p. 279).

resultou: *a sua união desde muito tempo era infeliz. Toda a preponderância que deveria pertencer à Imperatriz passara para a Marquesa de Santos*; e tal era a paixão de D. Pedro por esta senhora, que por uma carta imperial havia reconhecido como sua filha uma menina que ela dera à luz em 1825, conferindo-lhe o título de Duquesa de Goiás. A sua conduta para com a Imperatriz era a mais dura; asseverava-se até que lhe dera pancadas na precitada alteração. Talvez haja nisto exageração; mas, o que é certo, é que *a desgraçada Imperatriz*, que se achava nessa ocasião muito adiantada na sua gravidez, foi conduzida logo do lugar da entrevista para o *leito de dor*, e só se ergueu para uma curta peregrinação à Igreja da Glória, onde se fazia debalde preces para a sua melhora. *Depois de uma dolorosa enfermidade, os sofrimentos de Sua Majestade terminaram com a morte em 11 de Dezembro de 1826* (ARMITAGE 1977, p. 140, grifos nossos).⁹

Não bastassem as angústias vividas pela Imperatriz geradas por um casamento sem amor e de uma gravidez abortada prematuramente devido a um ato inconsequente de seu marido, Armitage continua a descrição de sua morte admitindo que era:

[...] *penoso, mesmo para um estrangeiro, o conhecer que seus últimos momentos foram amargurados por um insulto*, que poderia mui bem ter-lhe sido poupado. Nas agonias da febre que precedera a morte, a *Marquesa de Santos teve o cruel arrojo* de apresentar-se para ser admitida à câmara da enferma. Esta exigência produziu naturalmente alguma confusão na antecâmara, sobre a qual Sua Majestade se quis informar. *Até então havia ela suportado o mau tratamento de D. Pedro com a mais exemplar submissão, mas esse último insulto fez reviver no peito da Imperatriz a nobre dignidade da Casa de Áustria*, e recusou em termos decisivos e explícitos receber a intentada visita. Enraivecida por esta denegação, a Marquesa tentou dirigir-se à câmara da augusta doente, e tê-lo-ia conseguido a não ser a interposição pessoal do Marquês de Paranaguá, Ministro da Marinha, que se postou à porta e lhe disse: "Tenha paciência, Senhora Marquesa, Vossa Excelência não pode entrar". Retirou-se portanto a Marquesa ameaçando vingar-se de todo o Ministério, o que com efeito executou em parte pouco tempo depois. Ainda antes de falecer a Imperatriz, já a Marquesa havia escrito a D. Pedro queixando-se do mau tratamento que encontrara no paço (ARMITAGE, 1977, p. 141, grifos nossos).¹⁰

⁹ No original: "during the absence of Emperor, the Empress sickened and died. From the garbled accounts which were at this time published regarding this distressing event, but little accurate information can be gleaned; but unfortunately for the credit of Don Pedro, the truth is at present only too notorious. Before his departure he had an interview with Her Majesty, on which occasion some altercation ensued. Their union had long been unhappy. All the influence which ought naturally to have appertained to the Empress had passed into the hands of the Marchioness de Santos; and to such an extent had the infatuation of Don Pedro for this lady, attained, that in an official edict he had recently avowed an infant, to which she gave birth in 1825, as his daughter, by the title of Duchess de Goyaz. His demeanour towards the Empress was at the same time unfeeling, and on the present occasion he is even accused of having had the brutality to strike her. In this there may possibly be some exaggeration, but what is certain is, that the unfortunate Empress, who was at this period far advanced in her pregnancy, was forthwith conveyed from the scene of their interview to a sick-bed, whence she never rose again, excepting to perform a short and painful pilgrimage to the Gloria Church, where vows were in vain offered up for her recovery" (ARMITAGE 1836, vol. 1, p. 264-265).

¹⁰ No original: "It is painful even to the stranger to know, that her last moments were embittered by an insult, which might well have been spared. During the agonies of the fever prior to her decease, the Marchioness de Santos had the heartless effrontery to present herself for admittance to the sick-room. The demand naturally created some confusion in the antechamber, of which Her Majesty inquired the cause. She had hitherto borne the ill-treatment of Don Pedro with the most exemplary submission, but this last insult instantaneously called up in her bosom the proud spirit of the House of Austria, and she

O desfecho dessa história é apresentado com a volta de D. Pedro à Corte, não para as exéquias fúnebres de sua esposa, mas indignado pelas injúrias feitas à Marquesa de Santos pelo Ministro da Marinha, e tratando, em reunião, seus Ministros de forma vulgar, todos acabam por pedir demissão conjunta de seus cargos.

Armitage emprega vários elementos para compor a atmosfera patética que envolve o destino da Imperatriz. O seu caráter nobre e imaculado, digno de compaixão, eleva sua figura e faz com que o leitor reconheça injustiça nos modos em que ela foi tratada, assim como sua fonte de sofrimentos, o casamento e a infidelidade, aproximam empaticamente ambos os lados da narrativa por se tratar de uma situação em que partilham ou poderiam partilhar do mesmo sofrimento. Para amplificar a força de seu argumento, Armitage recorre ao discurso direto, tão comum na retórica clássica, e cria a impressão em seus leitores de estarem lendo as mesmas palavras que a Marquesa de Santos ouviu quando a Imperatriz vivia seus últimos momentos. Esse elemento é um reforço para que o leitor experimente fisicamente a narrativa, imagine a cena: tenha tudo *diante dos olhos*. A incorporação de estratégias retóricas clássicas é visível no discurso de Armitage, contudo o interesse pelo sentimento e mesmo o embate produzido narrativamente entre as figuras da Imperatriz e da Marquesa de Santos são uma total novidade.¹¹

98

A figura feminina talvez parecesse encaixar-se melhor na narrativa sentimental, tendo em vista que o mundo feminino foi se constituindo como o horizonte da sensibilidade em si. Os romances de Samuel Richardson, por exemplo, apontam a sensibilidade feminina como a melhor encarnação do instinto social, em que virtudes sociais, como a delicadeza e a sensibilidade, tinham um terreno fértil. Nesse sentido, a sensibilidade feminina foi representada como a base de uma comunicação mais livre e virtuosa (MULLAN 2002, p. 4-5). Na tradição clássica, o feminino já era tido como o espaço das paixões, onde figuravam as deusas caprichosas Fortuna e Luxúria. Ao longo do século XVIII, o mundo feminino seria alçado ao papel de refinar as paixões, mesmo correndo o risco de tornar a sociedade efeminada, e o papel das mulheres como “empreendedoras culturais, estimulando a troca de polidez e refinamento, de diversas maneiras” consolidou-se com a associação das noções de comércio e cultura ao processo de refinamento das paixões (POCOCK 2003, p. 153-158).

refused, in decisive and explicit terms, to receive the projected visit. Incensed beyond measure at the refusal, the Marchioness attempted to force her way into the chamber of the Royal Invalid, and would have succeeded, had it not been for the personal interposition of the Marquis de Paranogoa, the Minister of Marine, who planted himself on the threshold, and told her, 'Tenha paciência Senhora Marquessa Vossamerce não pode entrar.' — 'Have patience, my Lady Marchioness, you cannot enter. 'Her Ladyship, in consequence, retired with many threats of vengeance on the entire Cabinet, some of which were shortly after carried into execution. Before the death of the Empress had taken place, the letters of the Marchioness, complaining bitterly of the treatment which she had met with in the Palace, were already far advanced on their way to Don Pedro". "(ARMITAGE 1836, vol. 1, p. 265-266).

¹¹ David Hume, na *History of England*, também utilizou dessa estratégia de confrontar duas mulheres diretamente, a rainha Elizabeth e Mary da Escócia, na tentativa de potencializar o sentimento de piedade dos leitores por meio da utilização do vocabulário do sofrimento na narrativa. Ver HUME 1983, volumes 3 e 4.

Dando desfecho aos suplícios da Imperatriz, com sua morte, Armitage escreveu um breve perfil de sua personalidade bastante parecido com o que era apresentado comumente pelos historiadores clássicos:

De gênio amável, porém destituída de atrativos pessoais, nunca teve a felicidade de ganhar as afeições de D. Pedro; acrescento a isto que antes da sua chegada havia-se este ligado a uma pessoa de quem D. João o separara violentamente. É talvez a esta circunstância que se pode atribuir a causa da negligência, e *mesmo da crueldade* com que D. Pedro tratara sua desgraçada esposa. Se ela tivesse preponderado mais em seu ânimo, melhor teria sido, tanto para ele, como para o Brasil; porquanto eram as suas vistas muitas vezes varonis, e gozava de considerável popularidade, o que ao depois se evidenciou pelo pagamento de suas dívidas, que subiam a oitenta contos de réis, pelo cofre da nação, ordenado pela Assembleia Legislativa (ARMITAGE 1977, p. 141, grifos nossos).¹²

Ao final da vida da Imperatriz não cabia ao historiador fazer um julgamento das escolhas e atos da Imperatriz, mas de ter em mente que a empatia poderia transformar-se em elemento fundamental nesse jogo de forças para mudar o papel do leitor, que saia de sua função de julgador da história, para a de indivíduo que experiencia o relato através da identificação com o personagem. A “[...] ‘tendência’ da ‘paixão’ de uma pessoa pode ser julgada, ‘não com imparcialidade’, mas ‘por uma simpatia com os sentimentos das pessoas, que têm uma relação mais especial com ela’ ” (MULLAN 2002, p. 55, tradução nossa),¹³ em outras palavras, a simpatia poderia elaborar um contato que transcende interesses particulares e, ao mesmo tempo, suspende as atribuições de sentido do leitor no intuito de ter uma experiência narrativa vivida em sua interioridade.

Alguns elementos tradicionais continuaram presentes na teoria do sentimento moderno, como a estratégia retórica para produzir a piedade e os modelos de uma narrativa clássica do sofrimento, a novidade foi o convite para maneiras de agir experimentais e a centralidade do corpo, adquirida pela incorporação de aspectos fisiológicos, para descrever a resposta psicológica (VAN SANT 2004, p. XI-XIII). A partir da recontextualização das emoções pela fisiologia do sistema nervoso, sua significação tradicional foi combinada, completada e alterada pelo significado do *tocar*, visto que essa experiência permitiria ao indivíduo sair de sua mente por meio do ato de tocar e ser tocado.

Tal centralidade do corpo está diretamente ligada não apenas à supressão temporal gerada pela narrativa sentimental, que busca a quebra do distanciamento entre o que é narrado e o leitor através da valorização de um tipo de experiência do mundo baseada na sensação corporal do relatado, como

¹² No original: “Amiable in her disposition, but devoid of personal attractions, she never had the happiness to secure the affections of Don Pedro, who had another attachment at the period of her arrival from the object of which he was violently separated by Don Jon; and to this circumstances may, perhaps, be traced some of the instances of neglect, and even of cruelty, with which he treated his unfortunate wife. Had her influence over him been greater, it might have been well both for himself and for Brazil; for not only were her views often masculine, but that her popularity was also considerable, was shortly afterwards evinced by the payment of her debts, amounting to eighty contos, from the national purse, by an act of the Legislative Assembly” (1836, vol. 1, p. 265-267).

¹³ No original: “‘tendency’ of a person’s ‘passion’ can be judged, ‘not with impartiality’ but ‘by a sympathy with the sentiments of those, who have a more particular connexion with him’”.

coloca o próprio aspecto corpóreo como algo que se impõe ao sentido. Esse fenômeno tem sido analisado por Hans Ulrich Gumbrecht como um dos efeitos da emergência de um observador de segunda ordem em que existe uma tomada de consciência da constituição corpórea do mundo na medida em que suas superfícies materiais estão em constante reavaliação (GUMBRECHT 1998, p. 14). Tal percepção física não poderia deixar de produzir efeito também sobre a historiografia, que como em um movimento de saturação epistemológica da necessidade constante de interpretação e significação do mundo, base para uma historiografia de sentido, incorporou recursos que objetivavam presentificar o passado ao seu relato. Enquanto que na historiografia de sentido haveria uma busca constante por uma representação capaz de permitir a manipulação das coisas sem tocá-las, dentro de uma cultura de presença valoriza-se o retorno às coisas em si mesmas. Os momentos de presença vividos psicologicamente e corporalmente pelo leitor não têm nenhuma mensagem e nada se tem para aprender com eles em matéria de utilidade para a vida, pois são momentos de intensidade em que, por um breve momento, ocorre a suspensão da realidade presente e outra realidade presentifica-se (GUMBRECHT 2004, p. 98).

100

Com isso, uma historiografia de presença coloca em segundo plano ou, em sua forma mais radical, abandona as questões relativas à representação da realidade, à busca de sentido e à interpretação como componentes fundamentais da história. O surgimento do cronótopo "tempo histórico", que tinha no tempo a forma de explicar e organizar as narrativas evolutivas marca profundamente a cultura de presença. O tempo é uma dimensão primordial para as historiografias de sentido, porque é com o passar do tempo que as transformações históricas solidificam-se e podem ser mais bem avaliadas (GUMBRECHT 2004, p. 83). A relação com o mundo na cultura de presença não é temporal, mas espacial; as coisas no mundo têm um impacto sobre o corpo humano e é na descoberta do objeto fora de seu uso prático que ele adquire um sentido próprio. Para conseguir o efeito de presença, devem-se suspender as atribuições de sentido, pois é por meio da materialidade do real que o conhecemos e sentimos (GUMBRECHT 2004, p. 123-126). Esse desejo pela experiência imediata do passado surge com a dilatação do presente, o qual não é mais entendido como um espaço comprimido por um passado categoricamente diferente e um futuro aberto, ou seja, o desejo pela presentificação pode ser associado a um presente estendido em que a sensação de deixar o passado para trás não está mais em jogo e o futuro mostra-se como algo fechado (GUMBRECHT 2004, p. 121-122).

Historiografia de presença e história nacional brasileira

Seria impossível propor que a *História do Brasil* de Armitage foi formulada apenas nos parâmetros de uma historiografia de presença, tendo em vista que a interpretação e a narrativa evolutiva estão marcadamente inscritas nesta obra. Entendemos, assim, os momentos narrativos de suspensão da realidade por meio da empatia como situações em que ocorre a supressão da interpretação em favor da quebra da distância temporal entre a narrativa e o leitor da obra. A

História do Brasil não é uma obra exemplificadora de um único registro histórico, mas o local em que dois tipos de temporalidades distintas, não excludentes, convergem. Essa oscilação estrutural entre uma narrativa de presença e sentido pode ser tomada como uma característica da historiografia moderna, em que a saturação epistemológica tende a variar de forma sincrônica (ARAUJO 2006). É interessante ressaltar também que “aspectos sensuais da realidade histórica foram reprimidos como uma orientação para entender a história da historiografia” o que, de fato, originou uma carência de estudos que versassem sobre esse aspecto estrutural da narrativa (ARAUJO 2006, p. 323).

Nessa perspectiva, a *História* de Armitage divergiu profundamente da historiografia escrita pelos seus contemporâneos brasileiros. Grande parte da historiografia brasileira oitocentista teve como modelo epistemológico, e não apenas isso, representou sua realidade nos padrões de uma cultura de sentido. A narração de fatos da vida privada, feita de forma sentimental por Armitage, possivelmente foi tida como característica negativa dessa *História*, uma vez que a inserção desses elementos poderia indicar um descaso com a dignidade nacional. Por outro lado, problemas teóricos e políticos subjacentes à escrita da história contemporânea, a necessidade de efetuar um levantamento documental, para que a memória do passado não fosse perdida, e mesmo a delimitação cronológica da história do Brasil figuraram como discussões que parecem ter assombrado muito mais os sonhos dos brasileiros oitocentistas do que preocupações sobre as formas narrativas em geral.

Um exemplo ímpar dentro da historiografia brasileira foi o juízo da *História do Brasil* escrito por Gonçalves de Magalhães, impresso no *Jornal dos Debates* em 25 de maio de 1837. Este periódico tinha a mesma tipografia da *História do Brasil* de Armitage e contava também com Francisco de Salles Torres Homem,¹⁴ João Manuel Pereira da Silva e Manoel de Araujo Porto Alegre como redatores.¹⁵

Magalhães abre seu juízo salientando o aspecto pedagógico da história, fazendo lembrar a tradicional fórmula *magistra vitae* ao afirmar que “se há um estudo próprio a todas as capacidades, e no qual todas as inteligências podem colher úteis e importantes lições, sobre a ordem providencial das coisas humanas, é sem dúvida alguma o estudo da História”.¹⁶ Apesar de o caráter temporal estático figurar como uma das características positivas dos eventos históricos e de a natureza humana garantir a possibilidade comparativa entre os agentes, essa história não é mais puramente *magistra vitae* em sentido clássico, pois tem como função a descoberta do espírito nacional. Esclarece Magalhães: “como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim

¹⁴ Veiga entregou a Armitage duas cartas de introdução, uma ao ministro brasileiro e outra a Francisco de Salles Torres Homem. Armitage, por excesso de ocupação, não pôde entregar ambas as cartas na época de sua estadia em Paris (SOUZA 1939, p. 301). É interessante notar de Torres Homem foi vice-presidente da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, assim como contribuiu na *Aurora Fluminense*. Sobre a confluência das propostas entre Evaristo da Veiga e o grupo que fez parte da revista *Niterói*, ver ANDRADE 2009, p. 421-422. É importante destacar que Torres Homem e Araujo Porto Alegre eram redatores, juntamente com Magalhães, da revista *Niterói*.

¹⁵ Ao final do juízo, consta a assinatura “M.”.

¹⁶ Ver *Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 26.

com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa” (MAGALHÃES 1974, p. 26). O caráter pedagógico da história, claramente, ainda está presente e assim se manterá por longos anos, contudo isso não é um impedimento para que o conceito moderno de história apareça na recusa do que se considerava agora mera imitação.

Certamente o conceito antigo de história ainda não tinha sido abandonado completamente no início do século XIX brasileiro, o que também não quer dizer que os letrados da época o utilizassem em sua plenitude. Apesar das constantes figurações da história enquanto repositório de ações norteadoras do comportamento humano, o conceito antigo de história encontrava-se esvaziado, na medida em que a história nacional estava sendo progressivamente caracterizada como o desenvolvimento do espírito nacional e das singularidades brasileiras em um processo linear (ARAUJO 2007, p. 172).

Nesse sentido, o recurso à providência divina é lançado para dar unicidade a esse processo.¹⁷ Magalhães acreditava que existia uma providência que organizava e dava sentido à caótica história, pois era “um grave absurdo acreditar-se, que uma estúpida fatalidade, ou meras combinações dos homens, decidem da sorte dos Impérios” (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 26). Assim, um ano antes da criação do IHGB, escrevia o jovem Magalhães nos jornais:

102

Os fatos não se sucedem só cronologicamente, há também uma ordem lógica entre eles. O primeiro arrastava o segundo, e este traz consigo um terceiro: de modo que o último é filho do primeiro, e sem ele não se compreende. Esta lógica na história, esta verdadeira inteligência dos fatos, caracteriza o bom historiador, e exclui toda a parcialidade e paixões, que às vezes mau grado nosso, nos fascina (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 27).

A história teria uma dinâmica própria que afastaria o envolvimento do historiador com seu objeto, assegurando uma história imparcial. Magalhães adverte que, “[...] *toda história, como todo drama, supõe uma cena, atores, paixões*, e um fato que progressivamente se desenvolve, que tem sua razão, e um fim; sem estas condições não há história, nem drama” (MAGALHÃES 1974, p. 17, grifo nosso).¹⁸ A história não se resumiria à esfera política, mas englobaria uma série de variantes humanas que poderiam ajudar na explicação do passado.

Todos esses aspectos da história, na opinião de Magalhães, foram observados por Armitage na escrita de sua história, assim como, por ser estrangeiro, foi-lhe facilitado o desvanecer das afeições parciais que muitas vezes se mesclam com os fatos e personagens, quando são contemporâneos. Além disso, “falando dos homens influentes, emprega ela [a história] bastante colorido

¹⁷ Para uma explicação detalhada sobre a convivência entre o conceito moderno de história e do providencialismo, ver ROSA 2009.

¹⁸ O mesmo trecho foi publicado na *Revista Nitheroy* (1836, p.142) sob o título “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”.

e vigor de pintura” (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 27) e, para exemplificar, cita “o retrato” de Vasconcelos feito por Armitage, muito lembrado como exemplo de suas qualidades literárias:

A pele murchou-se; os olhos afundaram-se; o cabelo começou a alvejar; a marcha tornou-se trêmula, a respiração difícil, e a moléstia espinhal de que então principiou a padecer, foi para ele fonte inexaurível de cruelíssimos tormentos. Enquanto, porém, passava o físico por este prematuro naufrágio, parecia que o interno princípio vivificante caminhava num progresso correspondente para o estado de perfeita madureza. O orador difuso e sem nexos de 1826, tinha-se tornado, dois anos depois, tão eloquente, e tão sarcástico, e havia apresentado um tão grande desenvolvimento do talento de discutir, que nenhum outro membro da casa lhe podia ser comparado; e quando, levado pelo entusiasmo, ou incitado pela paixão, dava largas a suas emoções, a sua figura decrépita e curvada elevava-se, qual a de um gênio protetor, a sua maior altura; os olhos animavam-se de novo com todo o seu prístino lustre, e nas feições arrugado e cadavérico semblante, brilhavam por momentos a mocidade renovada e a inteligência (*Jornal dos debates políticos e literários* 1837, p. 27, grifos nossos).¹⁹

Ao citar esse longo trecho da *História do Brasil* em sua análise, Magalhães toca na questão da vivacidade e concisão retórica que Armitage empregou ao traçar seus personagens e revela o impacto que a descrição corporal de Vasconcelos teve neste ilustre leitor. Não é apenas uma avaliação moral que Armitage elabora de Vasconcelos, mas uma descrição que valoriza a experiência corpórea da narrativa como horizonte para a sensibilidade. A riqueza de detalhes que emprega na exposição da aparência física de Vasconcelos ao mostrá-lo “murchando” por fora e em um rompante proporcionado pela vazão de suas emoções sua aparência exterior revitaliza, demonstram perfeitamente o tipo de descrição privilegiada por uma historiografia de presença que alia práticas retóricas clássicas ao seu discurso e que, além de colocar as coisas diante dos olhos, propõem que elas também sejam sentidas fisicamente pelo leitor.

A caracterização feita por John Armitage de D. Pedro I como um imperador que não demonstra ter tido uma educação sentimental, que se deixava levar pelas suas paixões e pelos rumos de sua vida privada e da Imperatriz Leopoldina como a catalisadora de todos os males advindos de um casamento infiel vai ao encontro dessa nova forma historiográfica inaugurada na Grã-Bretanha setecentista. Armitage relata que D. Pedro, após conseguir a dissolução da Assembleia Constituinte, reconheceu publicamente Domitila como sua concubina, conferindo-lhe o título de Marquesa de Santos, edificando “um palácio para sua residência, na vizinhança de S. Cristovão. Ao mesmo tempo o seu tratamento para com a infeliz Imperatriz era o mais insensível” (ARMITAGE 1977, p. 112-113).²⁰ As dificuldades enfrentadas por D. Pedro no relacionamento conjugal e a publicidade de seu envolvimento com outra mulher

103

¹⁹ Magalhães também cita, logo em seguida, outra passagem da obra, em que Armitage esclarece qual foi o motivo pelo qual D. Pedro I teve que renunciar em favor de seu filho. Ver ARMITAGE 1977, p. 213.

²⁰ No original: “[...] he had no longer the same motives, either for the exertion of his talents, or the concealment of his failings. Temptations were necessarily multiplied around him; men of integrity

não são apenas elementos pictóricos ou anedóticos de sua vida privada, mas serviram como ponto central no desfecho de algumas decisões políticas importantes para o Brasil. A exploração da vida pessoal e sentimental de D. Pedro e da Imperatriz Leopoldina são passagens estruturantes no livro de Armitage, que visam legitimar o movimento que levou à abdicação e à Regência.

Tal aspecto é um ponto importante na obra de Armitage e que curiosamente não foi salientado nem por Januário da Cunha Barbosa, nem por Justiniano José da Rocha nas outras discussões sobre o livro.²¹ De fato, mesmo nas menções posteriores à *História do Brasil*, como a feita por Francisco Adolfo de Varnhagen na *História da Independência*, os letrados brasileiros nunca levaram em conta o uso do sentimento presente nesta obra como objeto de indagação ou mesmo de horizonte de escrita da história nacional brasileira (VARNHAGEN s/d, p. 12-13). Sem sombra de dúvidas, Magalhães foi o que mais se interessou por esse aspecto da *História do Brasil*, talvez despertado ainda pelo seu fascínio pela tradição retórica clássica, aliado à sensibilidade literária e visão filosófica do fundador do romantismo brasileiro. Por meio do vocabulário clássico da retórica, poderia ser aberta a possibilidade da utilização de estratégias textuais modernas que valorizavam a experiência sensorial da narrativa. Esse silêncio historiográfico pode ser interpretado como um sinal da preponderância da cultura de sentido dentro da historiografia brasileira da primeira metade do século XIX, em que as dimensões do reviver histórico não tiveram grande destaque e a continuidade entre a civilização portuguesa e brasileira figurou como uma de suas marcas centrais.

Referências Bibliográficas

- [CÍCERO]. **Retórica a Herênio**. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2007
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, 2006.
- ARISTOTLE. **Rhetoric**. Translated by W. Rhys Roberts. Mineola: Dover Thrift Editions, 2004.
- ARMITAGE, João. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- ARMITAGE, John. **The History of Brazil** from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from

²¹ Análise de forma pontual o debate travado entre estes dois intelectuais brasileiros sobre os méritos da *História do Brasil* de Armitage e os problemas relacionados à escrita da história contemporânea em VARELLA 2011.

State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 1. London: Smith, Elder and Co., 1836.

_____. **The History of Brazil** from the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the first in 1831. Compiled from State documents and others original sources. Forming a continuation to Southey's History of that country. Vol. 2. London: Smith, Elder and Co., 1836.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Production of presence**: what meaning cannot convey. Stanford: Stanford University Press, 2004.

HUME, David. **History of England**. Volumes 3 e 4. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

KONSTAN, David. Rhetoric and emotion. In: WORTHINGTON, Ian (ed.). **A companion to Greek rhetoric**. Blackwell Publishing, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Americana, Prolivro, 1974.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Equipe de coordenação). **Dicionário grego-português**. Vol. 4. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

MULLAN, John. **Sentiment and sociability**: the language of feeling in the Eighteenth Century. Oxford: Clarendon Press, 2002.

PHILLIPS, Mark Salber. **Society and sentiment**: genres of historical writing in Britain, 1740-1820. Princeton: Princeton University Press, 2000.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

REIS, Maria Cecília Gomes dos. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **De anima**. São Paulo: Ed.34, 2006.

ROSA, Giorgio de Lacerda. Entre o antigo e o moderno: o providencialismo nas memórias históricas de José da Silva Lisboa e Luis Gonçalves dos Santos. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia**: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Evaristo da Veiga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

- VAN SANT, Ann Jessie. **Eighteenth-century sensibility and the novel**: the senses in social context. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- VARELLA, Flávia Florentino. A (im)possibilidade da escrita da história contemporânea: a *História do Brasil* de John Armitage e os brasileiros oitocentistas. In: NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Ana Rosa Clochet (orgs.). **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- VIANO, Cristina. Amizade e emoções de rivalidade em Aristóteles: uma origem comum? **Journal of Ancient Philosophy**. Vol. II, Issue 1, 2008.

Periódicos

- Jornal dos debates políticos e literários, número 7, 24 de maio de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia J. Villeneuve e Comp., 1837.
- Nitheroy: revista brasiliense, ciências, letras e artes, t. 1, n. 01. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.